Arouca explica razões da sua saída no país

● "Opositores que não abandonaram Moçambique desapareceram" — sublinha o líder da FUMO

— Doutor, quais teriam sido as razões da sua saída em 1976 de Moçambique?

— Eu fui convidado a fazer parte do Governo de Transição por Samora Machel. Recusei.

E depois comecei a verificar que as coisas não estavam a caminhar de uma maneira que permitissem a minha estadia lá como elemento da oposição a exercer pura e simplesmente a advocacia, porque logo a seguir acabaram com as profissões liberais.

— O senhor pode tornar público, porque se recusou a pertencer ao referido elenco governativo?

— Eu recusei por uma razão muito simples. Era já óbvio que a Frelimo ia implantar o marxismo-leninismo em Moçambique. Já tinha tomado algumas medidas nesse sentido.

Eu não sou marxista, muito menos ainda leninista. Entendi que não devia colaborar com um regime dessa ordem.

Mas também calculei que seria perigoso, não colaborando, continuar lá.

— Qual tinha sido a pasta que lhe havia sido assegurada, ou proposta?

— Era a de Secretário de Estado da Informação. Eu recusei.

A razão é muito simples. Todos eles tinham naquela altura a doença do marxismo-leninismo. Eu não a tinha e não só, já tinha passado essa fase.

Se eu aceitasse fazer parte de um governo dessa ordem, tudo o que acontecesse diriam que era da autoria do reaccionário do Domingos Arouca que estava a emperrar a máquina. Porque, vamos imaginar que eram quinze ministros e quinze secretários de Estado e só um não professava a mesma ideologia política. Já viu porque eu saí do país. Os que não saíram desapareceram.

— A FUMO tem conhecimento de pessoas que desapareceram?

— Vejo nos jornais todos os dias. Fala-se na Joana Simeão, Lázaro Kavandame, Urias Simango, Padre Guengere, Gumane, Basilio Banda, fala-se numa vasta série deles.

— A Fumo estaria eventualmente interessada uma vez no poder mandar instaurar um inquérito sobre estes desaparecimentos?

— Isso depende dos tribunais, e não do governo. E eu sempre entendi isso que os tribunais são orgãos de soberania totalmente independentes. Como é o Presidente da República, o Conselho de Ministros.